

O poder da voz: o podcast como forma de empoderamento feminista negro

Victória Reis de Oliveira Rodrigues

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO

Departamento de Comunicação - Bacharelado em Publicidade e Propaganda¹

Resumo

Este estudo trabalha com o tema do *podcast* como ferramenta de empoderamento por meio da produção de mulheres negras, que compartilham suas vivências na podosfera brasileira. O aumento de produções de programas feitos por mulheres negras, e como elas utilizam desta mídia para romper com os estereótipos presentes na mídia tradicional, instigou uma análise mais profunda sobre a questão. A partir disso, foram avaliados diversos trabalhos feitos sobre o *podcast* no Brasil, o empoderamento e o feminismo negro. As escritoras e feministas Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Joice Berth foram fontes abundantes sobre a história e entendimento do feminismo e do empoderamento negro.

Palavras-chave: *Podcast*; feminismo negro; mulheres negras; empoderamento.

1. Introdução

Nos anos 2000, com o avanço das tecnologias de comunicação, a forma de se consumir áudio sofreu transformações. A partir da transferência de áudio do *feed RSS (Really Simple Syndication)* para um tocador da *Apple*, surge a técnica de distribuição que chamamos de *podcast*.

Com a popularização, novos programas foram surgindo e não demorou muito para chegar ao Brasil. Com novas características na hora da produção, os programas brasileiros se destacaram por sua preocupação com a edição, mixagem e trilha sonora. Além disso, os temas abordados e a credibilidade de quem produz transformam o ouvinte em um consumidor fiel.

A relativa facilidade na produção e distribuição de um *podcast* o torna uma alternativa atrativa para as mulheres criarem e consumirem conteúdo, tendo

¹ Artigo derivado de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Publicidade e Propaganda, orientado pela professora Bárbara Assumpção, entregue em dezembro de 2022.

autonomia e liberdade para debater temas que a mídia tradicional, ainda, não discute. Dessa forma, pode-se dizer que tal cenário possibilita um protagonismo a pessoas que normalmente não recebem uma visibilidade social.

As mulheres negras, como grupo invisibilizado, encontram nessa mídia um espaço para debater pautas e vivências pessoais, tornando-se donas da própria história e construindo uma comunidade na qual é possível encontrar acolhimento e afeto. Quando falamos sobre nossas histórias, firmamos nossas experiências como válidas e reais.

A partir do contato com produções feitas por mulheres negras na podosfera brasileira, que tem os conteúdos voltados para as questões de raça e gênero, e da identificação com as histórias e vivências contadas por essas mulheres, surgiu um entendimento das minhas dores e uma transformação na minha autoestima, ao encontrar em outras pessoas as mesmas questões.

2. O podcast

O rádio surge na sociedade brasileira, em um período que busca a modernização e a ruptura com o passado. Em 1922, ocorreu a primeira exposição pública de transmissão no país, na qual os visitantes da Exposição Internacional do Centenário da Independência e outros cidadãos puderam ouvir o discurso do presidente Epitácio Pessoa nos 80 receptores, alguns deles instalados em praças públicas.

Apesar da grandiosa apresentação do rádio ao público, ela não foi suficiente para o real início da radiodifusão no Brasil naquele ano. No ano seguinte, com a instalação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, criada pelo escritor e antropólogo Edgard Roquette-Pinto e o cientista Henry Morize, finalmente ocorrem as primeiras transmissões e o lançamento do aparelho tecnológico.

A partir de seu lançamento, o rádio caiu no gosto das pessoas, tornando-se um “parceiro” no cotidiano e um ótimo instrumento para ficar informado. Segundo Salemme (2018), a partir da extensão das grandes cidades, onde o deslocamento de um lugar a outro fica cada vez mais difícil, por conta do aumento de veículos nas

ruas, o rádio do carro se torna um aliado de viagem, tanto para ouvir música quanto como fonte de informação por meio de programas rádio-jornalísticos.

O surgimento do *smartphone* vem para intensificar a união mobilidade e expansão do conteúdo. Somando diversas características em um mesmo aparelho – telefone móvel, fotografia, transmissão de dados móveis, armazenamento de dados e entre outros – e um sistema operacional intuitivo e de fácil uso, o ouvinte obtém uma nova ferramenta para consumir áudio.

Graças ao avanço tecnológico, a forma de consumir áudio sofreu com transformações. De acordo com Silva (2016), a junção da mobilidade e a expansão do conteúdo transformaram o comportamento do ouvinte em um ser que não se contenta mais em acompanhar somente o que está no ar. Atualmente, ele deseja o domínio de toda a programação.

Com a popularização dos aplicativos de *streaming* – tecnologia que permite a recepção de dados de áudio/vídeo de forma contínua e de compartilhamento de conteúdo digital na internet – esse comportamento é consolidado, uma vez que o ouvinte consegue consumir o conteúdo radiofônico em qualquer ambiente e da forma que deseja. Nos anos 2000, com maior número de *smartphones* e maior penetração da internet, cria-se uma nova forma de se consumir áudio, chamada de *podcast*.

A origem do termo é a junção de “pod”, de iPod, o tocador de mídia digital da Apple de reprodução de arquivos de MP3, com “cast”, de “*broadcast*”, expressão em inglês que significa transmissão. Apesar da referência direta ao iPod, o conteúdo *podcasting* não se limita a este reproduzidor de mídia, consequentemente, foram desenvolvidas novas maneiras de disponibilizá-lo em outros aparelhos. Os áudios antes compartilhados por meio do *podcasting* passam a se chamar *podcasts*.

2.1 O podcast chega ao Brasil

No Brasil, não demorou muito para surgir o primeiro programa de *podcast*. De acordo com Assis e Luiz (2010), o primeiro *podcast* brasileiro – o *Digital Minds*, criado por Danilo Medeiros – surgiu no mesmo ano da criação do sistema apresentado por Adam Curry. O programa surgiu com o objetivo de se destacar entre os outros blogs que publicavam arquivos de áudio, mas não possibilitavam a assinatura do programa via RSS, característico do *podcast*.

Com o surgimento do *NerdCast*, criado por Alexandre Ottoni e Deive Pazos em 2006, teve início a chamada “nova geração” do *podcast* brasileiro. Com um formato simples, uma conversa informal ou mesa-redonda, o programa inspirou grande parte dos *podcasts* brasileiros que vieram em seguida.

Com essa filosofia, mesmo *podcasts* brasileiros que possuem temas específicos se valem do humor e da edição e mixagem e som para desenvolver os assuntos de cada programa. Na maioria dos *podcasts* brasileiros há uma clara preocupação com a edição final, incluindo trilha sonora. (Assis; Luiz, 2010, p. 8)

Contudo, em meio a novos cenários, é possível encontrar novas oportunidades. A matéria do Insper aponta que veículos jornalísticos criaram novos *podcasts* para informar sobre o cenário de combate à pandemia de Covid-19. A partir disso, podemos afirmar que: “os novos sucessos e as mudanças de hábitos reforçam que para criar conteúdo em áudio é importante ficar atento às qualidades que são intrínsecas ao *podcast*. Muitas delas são ignoradas em um momento de crescimento explosivo de um segmento.” (INSPER, 2020).

Com uma preocupação em produção de qualidade e autenticidade, produtores buscam criar programas com temas e formatos que fogem do padrão. Um exemplo é o *podcast Praia dos Ossos*, que se baseia na técnica do *storytelling*², prática de contar histórias, para narrar a história do assassinato da socialite Ângela Diniz pelo namorado Doca Street.

Outro programa que apresenta outra proposta de formato na hora de contar histórias é o *Não Inviabilize*, líder de audiência no Spotify entre os *podcasts* brasileiros de ficção. Com um bordão inconfundível “Oi, gente”, Déia Freitas conta histórias inéditas que recebe no e-mail do programa e são divididas por editoriais.

A pesquisa feita pelo PodPesquisa 2019-2020³, com 16.713 respostas válidas, mostra que mais de 64% dos entrevistados ouvem há mais de quatro anos programas de *podcasts*. Assim, ao contrário de outros meios, os programas de *podcasts* são feitos “sob medida”. Os ouvintes conseguem construir uma

²*Storytelling* é a arte de contar, desenvolver e adaptar histórias utilizando elementos específicos - personagem, ambiente, conflito e mensagem - com começo, meio e fim, para despertar emoções e identificações no consumidor.

³ Disponível em: <http://abpod.org/wp-content/uploads/2020/03/Podpesquisa-ouvintes-2019.pdf> . Acesso em 30 agosto. 2022.

comunidade e criar laços com pessoas que compartilham do mesmo interesse pessoal. E, além do interesse pessoal pelo assunto, a credibilidade de quem produz também é um fator que leva o ouvinte a consumir com frequência um *podcast*.

2.2 O podcast para as mulheres

Anualmente, a PodPesquisa faz um estudo com a intenção de conhecer o público ouvinte e produtor de *podcast* no Brasil. Em uma pesquisa realizada em 2019, foram entrevistados 16.713 ouvintes e constatou-se que 72% eram homens. E ao conversar apenas com a cadeia produtiva de *podcast* entre 2020 e 2021, o PodPesquisa Produtor⁴ apontou que 75,5% de homens estão diretamente no processo: produção, roteiro, designer, edição audiovisual, host, direção, entre outros.

Apesar da predominância masculina, a participação de mulheres vem aumentando ao longo dos anos. É possível apontar também que as características presentes e a crença no *podcast* como ferramenta de inclusão e democratização sejam os motivadores do interesse feminino.

A democratização da informação ganha força neste cenário, além de agregar novas ferramentas, disponibilizadas pelas plataformas on-line, para atrair e fidelizar seu público. Ao mesmo tempo, a maior visibilidade, interesse e aderência do público em relação ao *podcast* demonstra seu impacto e sua importância como narrativa, que é capaz de ecoar, esclarecer e reforçar conceitos forjados e observados dentro da própria sociedade (Fernandes; Musse, 2017, p. 5 *apud* Silva, 2021, p.27)

O projeto *#OPodcastÉDelas* é um desses exemplos de promoção e facilitador da participação de mulheres nos *podcasts*. Incomodados com a desigualdade existente no *podcast* brasileiro, Domenica Mendes e Rodrigo Basso lançaram uma campanha anual –*#OPodcastÉDelas* – com o objetivo de aumentar o número de vozes femininas na *podosfera*, não só participando de programas já existentes, mas criando os próprios conteúdos de áudio. Em 2018, surgiu a Rede *#OPodcastÉDelas*, que oferece gratuitamente espaço para postagem e serviços de infraestrutura básica para produção e divulgação de trabalhos. E a campanha virtual *#MulheresPodcasters*, cujo objetivo é facilitar a audiência a encontrar programas

⁴ A primeira pesquisa do Brasil focada exclusivamente na cadeia produtiva de *podcast*. Disponível em: https://abpod.org/wp-content/uploads/2021/10/Podpesquisa-Produtor-2020-2021_Abpod-Resultado-ATUALIZADO.pdf. Acesso em 1 setembro. 2022.

produzidos por mulheres e com participação nas redes sociais, especificamente no Twitter⁵.

Por meio de um olhar feminista, podemos argumentar que, numa sociedade marcada e fundada com base no patriarcado, é possível compreender a necessidade do surgimento de projetos, como os citados acima, visto que a mulher não foi incentivada a se apropriar dos espaços da mesma forma que o homem.

De forma otimista, podemos afirmar que, por meio do *podcast*, a mulher encontra maior abertura e autonomia para debater temas que a mídia tradicional, ainda, não discute. Ele também oferece diferentes possibilidades de pessoas que ocupam um lugar socialmente invisibilizado de adotar uma posição de protagonismo em debates e pautas.

Cabe refletir que mesmo entre as mulheres – que representam um grupo minoritário dentro deste meio – existe um perfil hegemônico e privilegiado. Ao analisar a representação das mulheres negras na mídia tradicional, encontramos um discurso que reforça estereótipos sociais e a hipersexualização dos seus corpos. Considerando o lugar em que é colocada, precisamos discutir como a mulher negra utiliza-se dessa nova ferramenta para protagonizar a própria narrativa e a forma de resistência encontrada.

3. A mulher negra

As mãos responsáveis pela produção de riquezas das quais Portugal se apropriou eram escravizadas. O trabalho árduo encurtava a vida média de um escravizado, que não ultrapassava dez anos. Coube à mulher negra o trabalho duplicado, o serviço doméstico obrigatório dentro da casa-grande – lavar, passar, cozinhar, costurar e cuidar das crianças – e a atenção familiar. Isto quando não precisava enfrentar as investidas sexuais do senhor branco.

Em seu artigo *Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero* (2019), Sueli Carneiro questiona que,

⁵ Twitter é uma rede social e um serviço de microblog, que permite aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos, por meio do website do serviço.

ao abordarmos a mulher como subproduto do homem, posto que foi feita a partir da costela de Adão, de quem estamos falando? Da mulher branca. Enquanto a mulher negra nasceu de uma cultura violada, folclorizada e marginalizada.

O processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: “domésticas” ou “mulatas”. O termo “doméstica” abrange uma série de atividades que marcam seu “lugar natural”: empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar etc. Já o termo “mulata” implica a forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada “produto de exportação”, ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses nacionais. (GONZALEZ, 2020, p. 44)

Ainda segundo a antropóloga Lélia Gonzalez (2020), ser mulher e negra no Brasil é ser objeto de tripla discriminação, visto que os estereótipos gerados pelo racismo e sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. Ela é vista como um corpo que trabalha e é superexplorada economicamente, ela é a faxineira, arrumadeira, a servente, a “mula de carga” dos empregadores brancos; mas também é o corpo que fornece prazer, é superexplorada sexualmente. É a mulata do Carnaval cuja sensualidade recai na categoria do “erótico-exótico”.

A aparência não apenas carrega um peso diferencial para homens e mulheres, mas diferentes estereótipos relacionados às mulheres negras se apoiam em crenças sobre sua sexualidade. Essas ideias remontam às noções de identidade nacional, usando raça, gênero, sexualidade e cor como fenômenos interseccionais. (Collins; Bilge, 2021, p. 20)

3.1 Um breve momento sobre o feminismo

De modo resumido, pode-se definir que o objetivo do feminismo é a igualdade de direitos entre homens e mulheres, sem a hierarquização de gênero – não sendo utilizado para permitir privilégios ou legitimar opressão.

Falar da mulher, em termos de aspiração e projeto, rebeldia e constante busca de transformação, falar de tudo que envolva a condição feminina, não é só uma vontade de ver essa mulher reabilitada nos planos econômico, social e cultural. É mais do que isso. É assumir a postura incômoda de se indignar com o fenômeno histórico em que metade da humanidade se viu milenarmente excluída nas diferentes sociedades, no decorrer dos tempos. (Teles, 1999, p. 6)

No Brasil, o primeiro momento do movimento feminista tem sua origem no início do século XIX, que hoje conhecemos como a primeira onda. Neste período histórico, as

mulheres brasileiras, na maioria, viviam presas em antigos preconceitos e afundadas numa carência cultural. Primeiramente, as reivindicações eram voltadas a assuntos como o direito ao voto e à vida pública, o direito básico de aprender a ler e a escrever – reservado apenas ao sexo masculino. Nela, o grande nome que se destaca é de Nísia Floresta: “que teria sido uma das primeiras mulheres no Brasil a romper os limites do espaço privado” (Duarte, 2019, p. 29).

O século XX se inicia com a movimentação das mulheres em prol do direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho. Grande parte trabalhava em fábricas e tinha sempre os salários mais baixos e as jornadas de trabalhadores maiores. Em 1922, de acordo com Telles (1999),

...surge a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que vai dar mais impulso à luta da mulher pela conquista do voto. Organizada por Bertha Lutz, a federação tinha por objetivo “promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina; proteger as mães e a infância; obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão; estimular o espírito de sociedade e cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público; assegurar à mulher direitos políticos e preparação para o exercício inteligente desses direitos; estreitar os laços de amizade com os demais países americanos.” (Telles, 1999, p. 44)

Mas, apesar das passeatas, dos artigos publicados nos jornais e das conferências públicas, foi preciso aguardar até 1932 para que o direito ao voto feminino se tornasse realidade. O presidente Getúlio Vargas incorporou ao novo Código Eleitoral o direito de voto, nas mesmas condições que os homens, mas não seria tão simples: as mulheres só exerceriam o direito conquistado na disputa eleitoral de 1945, por causa da decisão de Vargas de suspender as eleições.

Já no governo de Juscelino Kubitschek, considerado democrático, foi o responsável por suspender o funcionamento das organizações femininas. Apesar disto, as mulheres continuaram se organizando e as lutas não cessaram. As reivindicações em favor da ampliação do ensino e creches, a defesa da infância e maternidade eram incessantes, já questões acerca da libertação da mulher, sexualidade, aborto e controle da fertilidade não eram nem mesmo citadas.

A luta pela libertação da mulher não deveria em nenhum momento ser desvinculada da busca de soluções dos problemas mais gerais da sociedade. Mas em raríssimas oportunidades as forças políticas que se propõem a travar as

lutas gerais elegeram a questão da mulher como fundamental para o desenvolvimento do próprio processo de libertação do povo. (TELLES, 1999, p. 63)

No final da década de 1960, em meio ao clima de censura e repressão, surge um novo momento para o feminismo. Além de se posicionar contra a ditadura militar e a redemocratização do país, as mulheres também debatiam sobre o direito ao prazer, a violência sexual e ao aborto.

O planejamento familiar e o controle da natalidade passam a ser pensados como integrantes das políticas públicas. E a tecnologia anticoncepcional torna-se o grande aliado do feminismo, ao permitir à mulher igualar-se ao homem no que toca à desvinculação entre sexo e maternidade, sexo e amor, sexo e compromisso. (DUARTE, 2019, p. 44)

A partir dos anos 1990, começou-se a discutir os modelos prescritos nos momentos anteriores. Uma das questões levantadas pelas mulheres é que o discurso universal é excludente, pois mulheres são invisibilizadas de formas diferentes, tornando-se necessário discutir gênero pensando no recorte de classe e raça. Também é preciso ressaltar que esse momento do feminismo também propõe a desconstrução sobre o pensamento da categoria de gênero de modo binário (masculino/feminino).

Se o objetivo do feminismo é uma sociedade sem hierarquia de gênero, de qual mulher estamos falando?

No entanto, a constituição do movimento de mulheres, mesmo em torno de um tema tão inequívoco quanto a “mulher”, foi influenciada por outras categorias. Como as mulheres das classes alta e média eram vitais para o movimento feminista, as demandas políticas foram moldadas por um *status* marcado pela categoria de classe, não marcado ainda pela categoria de raça (pois a maioria era branca). (Collins; Bilge, 2021, p. 21)

Desde a primeira onda, militantes negras denunciavam a invisibilidade e desigualdade do movimento, tendo em vista que categorizar todas como “mulheres” – com a maioria constituída pela mulher branca de classe média – não abraçava as pautas levantadas pelas mulheres negras, já que estas nunca precisaram reivindicar pela autorização do marido para trabalhar.

Apesar de o cenário a seguir ser nos Estados Unidos e não no Brasil, bell hooks⁶, em *Mulheres negras: moldando a teoria*⁷ (2000), chama a atenção para a condição de um seleto grupo de mulheres brancas casadas que se adapta ao contexto do feminismo brasileiro. bell hooks lembra do livro *The feminine mystique*, de Betty Friedan, publicado em 1963, que é considerado a obra que abriu caminho para o movimento feminista contemporâneo. Nele, Friedan descreve a situação das mulheres na sociedade – com formação universitária, de classe média e alta – que tinham dentro delas uma voz que desejava algo a mais que o marido, os filhos e a casa. Este “mais” é definido pela autora como profissões.

Mas bell hooks (2000) apresenta uma reflexão importante:

Quem seria chamado para cuidar dos filhos e manter a casa se mais mulheres como ela própria fossem libertadas do trabalho doméstico e tivessem o mesmo acesso a profissões que têm os homens brancos. Ela [a autora] não falou das necessidades das mulheres sem homem, sem filhos, sem lar, ignorou a existência de todas as mulheres não brancas e das brancas pobres, e não disse aos leitores se era mais gratificante ser empregada, babá, operária, secretária ou uma prostituta do que ser dona de casa da classe abastada. (hooks, 2000, p. 194)

Os problemas e dilemas reivindicados pelas mulheres, tanto aqui no Brasil como nos Estados Unidos, eram específicos de um grupo majoritariamente de mulheres brancas – eram preocupações reais, dignas de atenção e transformação – mas não era uma condição que afetasse a maioria das mulheres. O questionamento feito por bell hooks e as militantes negras é relativo à dominação no discurso feminista, feito pelas mulheres brancas, que raramente questionam se as reivindicações feitas contemplam a realidade das mulheres como um grupo.

Também não estão cientes de até que ponto suas perspectivas refletem preconceitos de raça e classe, embora tenha havido uma consciência maior sobre esses preconceitos nos últimos anos. O racismo abunda nos textos de feministas brancas, reforçando a supremacia branca e negando a possibilidade de que as mulheres se conectem politicamente cruzando fronteiras étnicas e raciais. (hooks, 2000, p. 195)

⁶ É ativista feminista, professora e autora de mais de 30 livros e diversos artigos acadêmicos. Sua obra incide principalmente sobre a interseccionalidade de raça, capitalismo e gênero, e aquilo que hooks descreve como a capacidade destes para produzir e perpetuar sistemas de opressão e dominação de classe.

⁷ Título original *Black women: shaping feminist theory* do capítulo 1 de *Feminist theory: from margin to center* (2000, 2ª edição).

3.2 Enegrecer o feminismo

A ativista Talíria Petrone (2021) afirma que o feminismo é uma urgência no mundo, na América Latina e também no Brasil. Mas alerta que nem todo feminismo liberta e emancipa as mulheres que carregam dores. Segundo ela, “não há liberdade possível se a maioria das mulheres não couber nela”. (Petrone, 2021, p. 11). Em 1989, a jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw⁸ (2002), definiu o conceito de “interseccionalidade”. Ela assinala que “interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. E trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Mas a ideia de opressão de gênero, raça e classe já estava presente no discurso das mulheres negras brasileiras desde a segunda metade dos anos 1970. Diante disto, surgem reivindicações levantadas pelas mulheres negras contra o discurso universal excludente existente no feminismo branco, de caráter racial. De acordo com Moraes e Silva (2017),

As mulheres negras não tinham representatividade nesse movimento social hegemônico e consideravam-no uma face racista. Para elas, o movimento feminista tradicional operava dentro da concepção do mito da democracia racial, conceito utilizado pelo sociólogo Gilberto Freyre, na sua obra *Casa-Grande & Senzala*, para descrever relações raciais harmoniosas no Brasil. (Moraes; Silva, 2017, p. 13)

Por meio dessas experiências, foi necessário criar os próprios espaços para lutar e se acolher. Influenciadas pelas pensadoras negras estadunidenses, surgem referências essenciais para a construção do pensamento e teoria do feminismo negro aqui no Brasil, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, Thereza Santos, Luiza Bairos entre outras.

Em 1975, quando as feministas se reuniram na Associação de Imprensa para o Congresso de Mulheres Brasileiras, solenidade pelo Ano Internacional da Mulher, Lélia Gonzalez e suas companheiras ali compareceram para apresentar um documento no qual caracterizavam a situação de opressão e exploração da mulher negra. O Manifesto das Mulheres Negras foi o primeiro de uma série de posicionamentos formais de feministas negras contra o que denominavam de

⁸ Kimberlé Williams Crenshaw é conhecida pela introdução e desenvolvimento da teoria interseccional.

"feminismo branco hegemônico". (Rodrigues; Freitas, 2021, p. 5)

Dentro do movimento feminista, há relatos de que a participação das mulheres negras nos encontros ou congressos, muitas vezes, era vista como "agressiva" ou "não feminista", pois elas insistiam que o racismo deveria ser levado em conta nas lutas feministas, pois, como o sexismo, compõe formas estruturais de opressão e exploração. E no próprio Movimento Negro, as mulheres negras percebiam que as pautas de gênero eram sexistas e repressoras. De acordo com Lélia Gonzalez, "nossos parceiros do movimento reproduzem as práticas sexistas do patriarcado dominante e tentam nos excluir da esfera de decisão do movimento." (Gonzalez, 2020, p. 148)

Mulheres negras que participavam do movimento negro tinham aliados combativos quando se tratava de ativismo negro antirracista, mas encontravam muito menos compreensão a respeito do fato de que os problemas enfrentados pela população negra possuíam formas específicas de gênero. De fato, as questões específicas da vivência da mulher negra no Brasil, no cruzamento de racismo, sexismo, exploração de classe, cidadania de segunda classe e heterossexismo, tinham pouco reconhecimento. (Collins; Bilge, 2021, p. 22)

Lélia Gonzalez é figura essencial para saber não apenas sobre a luta contra o racismo estrutural, mas também para conhecer a construção de alternativas para pensar na realidade nacional negra. Ela expõe a dificuldade de ser e se tornar negro em um país que evoca a democracia racial e, ao mesmo tempo, promove o embranquecimento.

Outra pensadora importante para o movimento é a ativista Sueli Carneiro, que nos apresenta a expressão enegrecer o feminismo:

...é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídas em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se compor uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e,

em geral, pobre; delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil. (Carneiro, 2019, p. 297)

Logo, o feminismo negro é trazer à superfície as implicações do racismo e sexismo que tanto afetaram as mulheres negras, o que resultou em uma invisibilização social. Este movimento é responsável também por permitir o protagonismo dessas mulheres, a liberdade e o resgate da humanidade negada pela escravidão.

Sueli Carneiro (2019) reforça que enegrecer o feminismo é a promoção do reconhecimento do racismo e da discriminação: como fatores de produção das desigualdades sociais; a necessidade de políticas específicas para as mulheres negras para a equalização das oportunidades sociais; o reconhecimento da violência simbólica; e a opressão que o branco, como padrão privilegiado e hegemônico, exerce sobre as mulheres não brancas.

Na busca e construção de novas alternativas, as mulheres negras se apropriam de diferentes ferramentas para denunciar e promover fortalecimento e empoderamento delas. É o caso do espaço encontrado na Internet, o *podcast* que se torna uma alternativa para debater e compartilhar vivências e experiências.

4. O poder da voz

Compreender a voz como mecanismo de manutenção de poder, romper com o silêncio e usá-la em atos de rebelião crítica e de resistência é uma das formas mais poderosas de mudar vidas. Para grupos oprimidos, encontrar a voz é um ato revolucionário. Falar em primeira pessoa sobre a própria história tem um peso na construção de identidade e empoderamento. Como no caso das mulheres negras, que, muitas vezes, têm as histórias narradas por outros – o hegemônico branco. O sujeito, ao romper com o silêncio, deixa de ser objeto e se transforma em sujeito, um ato importante de resistência.

Joice Berth⁹, no livro *Empoderamento* (2020), aborda o estudo da professora norte-americana Kristie Dotson sobre o silenciamento enquanto recurso de opressão. Ao

⁹ Joice Berth, é escritora, feminista, arquiteta e urbanista pela Universidade Nove de Julho, pesquisa sobre direito à cidade com recorte de gênero e raça e é assessora parlamentar. Discute questões de

utilizar o conceito na realidade da mulher negra, a pensadora feminista afirma que ocorre um silenciamento opressivo, em especial porque o oprimido percebe de imediato que o grupo opressor não está disposto ou é incapaz de assimilar o que está sendo dito.

Em longo prazo, o silenciamento dos grupos oprimidos e o endurecimento do conveniente desinteresse dos grupos dominantes em discutir nossas matrizes opressoras geradoras das desigualdades deixaram um enorme atraso na produção de conhecimento, visto que há uma incompletude em quase tudo que se propõe a estudar sobre temas correlatos, e uma superficialidade generalizada que mutilou todas as forças que careciam do conhecimento profundo para se atualizar e instrumentalizar a sociedade no sentido de viabilizar práticas de erradicação dos nossos problemas históricos. (Berth, 2020, p. 57)

Fica claro que o silenciamento é necessário para a manutenção da submissão das mulheres ao discurso patriarcal opressor. “Quando pensamos estar falando em um ambiente em que a liberdade é valorizada, frequentemente nos surpreendemos com o quanto nos vemos agredidos e como nossas palavras são desvalorizadas.” (hooks, 2019, p. 42). A pensadora reafirma que:

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para o sujeito – a voz liberta. (hooks, 2019, p. 32)

Para as mulheres negras, o entrelaçamento de sistemas de opressão – sexo, raça e classe – torna-se complexo à experiência de ser mulher. Ao resistir a essa dominação patriarcal, a mulher se torna protagonista da própria história. A revolução individual promove um empoderamento coletivo.

Toda vez que uma mulher começa a falar, inicia-se um processo libertador, que é inevitável e tem implicações políticas poderosas. [...] Os estágios de conscientização se tornam claros quando começamos a recontar a história de nossas vidas para outras pessoas, para alguém que vivencia as mesmas mudanças. Quando escrevemos ou falamos sobre essas mudanças, estabelecemos nossas experiências como válidas e reais, começamos a analisar, e essa análise nos dá a perspectiva necessária para pôr nossas vidas em um

contexto em que sabemos o que fazer em seguida. (hooks, 2019, p. 37)

A partir da fala de bell hooks, podemos considerar que, para as mulheres negras, é preciso falar urgentemente. Berth (2020) também parte da intelectual e feminista negra Lélia Gonzalez para afirmar que não podemos perder a perspectiva histórica de resistência e possibilidades, de reexistir a partir da autodefinição¹⁰. O processo de consciência resulta na emancipação de mulheres negras e de outros sujeitos sociais invisibilizados, diz respeito ao reconhecimento das violências e a luta contra elas. Falar é revolucionário.

4.1 O que é o empoderamento feminino

Primeiramente, é preciso discutir o conceito do termo “empoderamento”. De acordo com a intelectual Batliwala, em *Conceituando 'empoderamento' na perspectiva feminista*, de Cecília M. B. Sardenberg:

O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até a resistência, o protesto e a mobilização coletivas, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos. (Batliwala, 1994, p. 130 *apud* Sardenberg, 2006, p. 6)

Berth aponta que, historicamente, o empoderamento já era pensado pelas mulheres negras, pois, como observa a filósofa Angela Davis, o conceito nunca foi uma novidade:

O conceito de Empoderamento não é novo para mulheres afro-americanas. Por quase um século, temos nos organizado em grupos voltados a desenvolver coletivamente as estratégias que iluminem o caminho rumo ao poder econômico e político para nós mesmas e para nossa comunidade. (Davis, 2016, p. 15 *apud* Berth, 2020, p. 96)

¹⁰A socióloga Patricia Hill Collins, em seu livro *Pensamento feminista negro* (2019), afirma que a autodefinição das mulheres negras é uma estratégia importante para combater a “invenção da mulher negra” pela ótica colonizadora.

Além disso, Sardenberg, no capítulo *O Conceito de Empoderamento*, apresenta as reflexões da feminista e pesquisadora indiana Srilatha Batliwala a respeito do conceito de empoderamento, tratadas por feministas do chamado Terceiro Mundo:

Para ela, as origens estão numa articulação das propostas feministas com os princípios de educação popular, mais precisamente, das reflexões de Paulo Freire sobre a “pedagogia do oprimido”, e das pedagogias libertadoras em geral. Batliwala também reconhece uma linha de pensamento que se inspira em Gramsci, especificamente, no que se refere à importância de criar mecanismos participativos para se construir democracias mais equitativas. Batliwala ressalta, porém, que as educadoras populares feministas desenvolveram sua própria abordagem, trazendo à baila a questão da subordinação das mulheres e da construção social dos gêneros. (Sardenberg, 2006, p. 5)

Batliwala compreende que a teoria apresentada pelo educador brasileiro Paulo Freire foi decisiva para o desenvolvimento e sua aplicação correta nos meios necessários. Entretanto, segundo (Berth, 2020), foi a partir do movimento feminista da década de 1980 que o questionamento a respeito da teoria se limitou ao fato de o oprimido não ser um conceito abstrato, mas marcado por gênero, raça, sexualidade e outras categorias.

Cecília Sardenberg também aborda em seu artigo o estudo de Naila Kabeer em relação ao assunto. “Para ela, empoderamento é o processo através do qual aqueles/as a quem era negada a capacidade de fazer escolhas estratégicas para sua vida adquirem tal capacidade. Na sua perspectiva, portanto, poder é a capacidade de fazer escolhas.” (Kabeer, 2006, p. 6)

Outra questão importante é a reestruturação das bases iniciais para o entendimento e a qualidade do termo, bem como a detecção de distorções e rasuras que necessitavam de atenção.

Há que se deixar muito bem pontuado que, uma vez que se trata de instrumento importante nas lutas emancipatórias de minorias sociais, sobretudo de cunho racial e de gênero, não podemos cair na vala comum e seguir permitindo que o termo padeça de relevância prática e ideológica por cair nas raias do pensamento liberal, servindo, assim, de sustentação, do saber que fatalmente é a raiz da situação que cria a necessidade de haver um processo de empoderamento. (Berth, 2020, p. 54)

O movimento feminista, aquele que se propõe a romper com a ideia universal da categoria mulher – negra, indígena, latino-americana e mulher de cor ou não branca, entre outras – enfatiza que o processo de empoderamento implica no questionamento das relações patriarcais, conseqüentemente, no que se refere ao controle dos homens sobre as mulheres.

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latino-americanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. [...] Mas para nós, o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas” (Sardenberg, 2006, p. 3)

A própria Cecília Sardenberg (2006) enfatiza que o primeiro passo é a “conscientização”, mas isto não surge “naturalmente” dentro de nós. As mulheres precisam ser convencidas por agentes do empoderamento.

Uma ativista de fora pode ser a facilitadora do processo trazendo novas ideias e informações que, não apenas conscientizam, mas também induzem ou encoragem a ação. Isso não é um processo individual, as mudanças não acontecem sem ações coletivas. (Sardenberg, 2006, p. 8)

Para Joice Berth (2020), a estética é um exemplo de um processo de empoderamento. Palavra originária do grego, *aisthesis* é a parte da Filosofia que estuda o que julgamos e percebemos aquilo que é considerado belo. Ao longo da história, a percepção de belo foi alterada, manipulada ou influenciada de acordo com valores e intenções da época.

Temos, então, nesse campo, um elemento importante nos processos de dominação de grupos historicamente oprimidos, pois, uma vez que se criam padrões estéticos pautados pela hierarquização das raças ou do gênero, concomitantemente criamos dois grupos: o que é aceito e o que não é aceito e, portanto, deve ser excluído para garantir a prevalência do que é socialmente desejado. (Berth, 2020, p. 113)

Ao escrever um capítulo sobre noções de empoderamento, a autora Joice Berth (2020) reflete acerca da luta no processo da afirmação da autoestima. Ela ressalta

que há uma ideologia de valorização do padrão caucasiano que acaba por criar uma crença de que pessoas negras são inadequadas e desprovidas de harmonia e beleza (Berth, 2020, p. 120-121)

A afirmação da estética negra é uma resposta diante de todas as estratégias de negação de pensamentos positivos acerca da aparência não caucasiana. Como a movimentação do feminismo negro, que vem ocupando os espaços midiáticos para que outras mulheres negras enxerguem semelhantes a elas.

A partir desta análise, podemos compreender o papel do meio digital como um importante espaço para que os agentes do empoderamento atuem. A ocupação nos meios de comunicação permite que o discurso invisibilizado ganhe destaque e permita às mulheres negras manifestar ideias e posicionamentos. Nesse espaço, elas compartilham situações opressivas e os avanços conquistados. A identidade feminina se apresenta em uma nova condição e a partir de um novo formato.

4.2 Mulheres negras na podosfera

A partir do que se foi discutido no início do artigo, podemos afirmar que é por meio do *podcast*, uma mídia independente, que mulheres negras encontram um local para debater pautas e vivências pessoais, que também afetam outras mulheres.

Os programas segmentados que seguem a proposta de debater temáticas especializadas voltadas aos seus grupos sociais, se utilizam desse espaço para falar de assuntos que atravessam suas vivências, promovendo discussões que empoderam o grupo e promovem uma conexão entre o podcaster e os ouvintes que, muitas vezes, pertencem ao mesmo grupo social e também são afetados pelas mesmas questões em seu cotidiano. Essa troca eleva o podcast a um patamar de fortalecimento e resistência do grupo, visto que a mídia cria um elo de ligação entre aqueles que participam da gravação e debate dos temas podcasters e convidados e os ouvintes que, ao escutarem os episódios e as discussões, se sentem pertencentes àquele ambiente que, por sua vez, se torna um espaço seguro e de troca de afetos. (Cavalcante, 2021, p. 64)

Nota-se que, a partir desse acesso, a oralidade é usada para a disseminação de compartilhamento de histórias e vivências entre as mulheres negras, tornando-se um local de resistência.

Essa característica não é exclusiva de podcast produzidos por comunidades negras, mas permite concluir que o podcast se torna um espaço mais seguro para as conversas e os debates

aprofundados, que, por sua vez, contribui com a liberdade do podcasters em abordar assuntos mais especializados e íntimos para eles e para os ouvintes, comparado a outros espaços na internet como as redes sociais que também são utilizados para produção de conteúdo segmentado por essa comunidade e por outros grupos minoritários como LGBTQIA+, pessoas com deficiências e mulheres, por exemplo. (Cavalcante, 2021, p. 66)

Cavalcante, ao citar Vrikki e Malik (2019), reafirma o papel do *podcast* na vida das pessoas:

O meio, portanto, reúne anfitriões para criar um espaço seguro no qual eles podem discutir questões que emanam da vida cotidiana, política e cultural. Portanto, podcasting não é apenas encontrar pessoas que compartilham suas crenças com a mesma opinião, mas também criar e manter um espaço para compartilhar preocupações (geralmente entre amigos), sabendo que essas conversas gravadas acabarão por se tornar públicas. Ocupando um espaço entre as esferas pública e privada, os podcasts, como qualquer outro contrapúblico, são privados o suficiente para fornecer um site seguro, aberto e confiável para os hosts, embora público o suficiente para permitir a divulgação de informações e o acúmulo de ouvintes (Vrikki; Malik, 2019, p. 279 *apud* Cavalcante, 2021, p. 67).

A mesma ressalta que, durante sua pesquisa, foi possível identificar um apoio mútuo e a criação de comunidade, entre os *podcasts* negros no Brasil. Isto ocorreu, por exemplo, a partir da criação de *hashtags* como *#podosferanegra* e *#mulherespodcasters*, e também por meio da gravação de programas com parceiros *podcasters*.

Entretanto, é fundamental apontar que a maior dificuldade para a não participação da mulher como produtora ocorre devido a não educação para se apropriar de projetos da mesma forma que os homens fazem. Os conteúdos feitos por homens também são vistos com mais credibilidade, mesmo que eles não estejam 100% capazes de falar sobre o assunto. Contudo, a vontade de produzir conteúdo diz respeito a uma vontade maior de ter uma voz e dar voz a outras mulheres.

É preciso ressaltar que o motivo de as mulheres negras buscarem o *podcast* como ferramenta alternativa para serem ouvidas está ligado com o que foi abordado anteriormente sobre o conceito de interseccionalidade. Reconhecer, então, que o impacto da opressão machista e racista em nossas vidas – me coloco neste momento, pois este trabalho também me atinge como mulher negra brasileira – é

uma forma de dominação e opressão. Para se ter coragem e liberdade, nós, mulheres negras, precisamos confrontar os modelos estereotipados ditos pelo homem branco colonizador que atingem fortemente a experiência de ser mulher.

A partir das produções encontradas na podosfera negra brasileira, podemos confirmar que as mulheres estão utilizando deste meio como método de processo de empoderamento e formação de uma comunidade que é possível encontrar acolhimento e afeto. Assuntos que as rodeiam e que não são tratados nas mídias tradicionais são colocados em evidências. Com isso, constatamos que esse grupo, historicamente invisibilizado, se torna protagonista de pautas importantes para a sociedade.

5. Considerações finais

Este trabalho se propôs a estudar e pesquisar como o *podcast* pode ser fonte de empoderamento ao ser produzido por mulheres negras no Brasil e as diferentes formas que este grupo se apropria deste espaço para contar as próprias histórias. Buscou-se examinar a construção da narrativa e a forma que as mulheres negras produtoras abordam e compartilham suas vivências.

Ao abordar características que o distingue de outras mídias, o *podcast* torna-se uma próspera alternativa para a mulher negra falar sobre as histórias e experiências vividas. Dessa forma, foi possível constatar no *podcast* analisado que o programa vai além de uma simples conversa, é um ambiente de aproximação e conexão.

O feminismo negro ou o movimento de mulheres negras vem para ressignificar e resgatar conceitualmente nossa percepção do que é o empoderamento e nos impulsionar na potencialização das nossas narrativas. A voz também se torna uma ferramenta de resistência. Ao falar, as mulheres negras reivindicam seu lugar e tornam-se contadoras das próprias histórias, mostrando que somos múltiplas.

Concluimos que as mulheres negras conseguem empoderar-se por meio dos programas produzidos por outras mulheres negras. Com isto, o processo de

empoderamento ocorre no coletivo, no qual encontramos acolhimento e afeto.

6. Referências bibliográficas

ASSIS, Pablo de; LUIZ, Lucio. O Podcast no Brasil e no Mundo: um caminho para a distribuição de mídias digitais. In: Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, Caxias do Sul, 2010.

BERTH, Joice. Empoderamento. São Paulo: Jandaíra, 2020.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). Pensamento feminista - conceitos fundamentais. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CAVALCANTE, Aldenora Teófilo Vieira Santos. Enegrecendo a pauta: mulheres negras, afeto e resistência na podosfera brasileira. Portugal: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2021.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. O movimento das mulheres negras no Brasil. In: KOLLONTAI, Aleksandra et al. Introdução ao pensamento feminista negro: por um feminismo para os 99%. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: Estudos feministas. [online] vol. 10, n. 1, 2002.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. Erguer a voz: Pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Revista Brasileira de Ciência Política [online], Brasília, n. 16, janeiro-abril. 2012. pp. 193-210

MORAES, Eunice Lea de; SILVA, Lucia Isabel Conceição da. Feminismo Negro e a interseccionalidade de gênero, raça e classe. Cadernos de Estudos Sociais e Políticos [online], Rio de Janeiro, n.13, vol. 7. 2017.

- PETRONE, Talíria. A urgência do feminismo para os 99% In: KOLLONTAI, Aleksandra et al. Introdução ao pensamento feminista negro: por um feminismo para os 99%. São Paulo: Boitempo, 2021.
- RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulher negras ao feminismo interseccional. Revista Brasileira de Ciência Política [online]. n. 34, 2021.
- SALEMME, Maria Filomena. A era do podcast: Uma reflexão sobre o potencial do mercado de podcast no Brasil. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2018.
- SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Conceituando "Empoderamento" na perspectiva feminista. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL: TRILHAS DO EMPODERAMENTO DE MULHERES, Salvador, 2006.
- SILVA, Adelino Pereira da et al. Fábio Ronaldo Silva. A história da propaganda no rádio brasileiro. Revista Temática, n. 12, 2016.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1999.